



Evolução não é reajuste!

*Carreira é uma coisa, reajuste é outra!
Sem luta, vamos continuar no ZERO!*

Só a **MOBILIZAÇÃO** pode forçar o governo a negociar nosso reajuste, o plano de saúde institucional, o auxílio alimentação e outras reivindicações da categoria. Sem luta, vamos continuar no ZERO! Nos quadros abaixo, alguns exemplos do prejuízo que estamos acumulando.

Nas páginas 3 a 6, confira estudo completo feito pelo Sinteps, que mostra o quanto você está ganhando agora e quando deveria estar recebendo, se o governo pagasse os 27,88% (acumulado de 2014, 2015 e 2016) a que temos direito.



VOCÊ GANHA ISTO

Docentes de FATEC (Ref. IA)	R\$ 29,00 (hora aula)
Docentes de ETEC (Ref. IA)	R\$ 17,15 (hora aula)
Auxiliar Docente (Ref. IA)	R\$ 2.376,42
Especialista em Planej. Educacional, Obras e Gestão) (Ref. IA)	R\$ 3.889,00
Analista de Suporte e Gestão (Ref. IA)	R\$ 2.519,00
Agente Técnico e Administrativo (Ref. IA)	R\$ 1.142,00
Auxiliar de Apoio (Ref. IA)	R\$ 1.072,00
Analista Técnico de Saúde (Ref. IA)	R\$ 2.464,83
Técnico de Saúde (Ref. IA)	R\$ 1.330,74
Chefe de Seção Técnica Administrativa	R\$ 2.946,56



DEVERIA ESTAR GANHANDO ISTO

Docentes de FATEC (Ref. IA)	R\$ 37,09 (hora aula)
Docentes de ETEC (Ref. IA)	R\$ 21,93 (hora aula)
Auxiliar Docente (Ref. IA)	R\$ 3.089,97 *
Especialista em Planej. Educacional, Obras e Gestão) (Ref. IA)	R\$ 4.973,25 *
Analista de Suporte e Gestão (Ref. IA)	R\$ 3.221,30 *
Agente Técnico e Administrativo (Ref. IA)	R\$ 1.460,39 *
Auxiliar de Apoio (Ref. IA)	R\$ 1.370,87 * **
Analista Técnico de Saúde (Ref. IA)	R\$ 3.152,02 *
Técnico de Saúde (Ref. IA)	R\$ 1.701,75 *
Chefe de Seção Técnica Administrativa	R\$ 3.768,06

* E deveria estar enquadrado na referência compatível com sua titulação.

** E deveria ter a Referência III, assim como os outros trabalhadores.

Chapa eleita toma posse na direção do Sindicato - Págs. 9 e 10



Conjuntura:

As reformas de Temer e a conta do pato

Págs. 11 e 12

"Escola sem Partido": Esse projeto tem nome e sobrenome

Págs. 13 e 14

Artigos

Págs. 14 a 16

R\$ 116 milhões

Esse é o valor do "perdão" de Alckmin à multinacional Alstom.

Daria para atender boa parte das nossas reivindicações - Pág. 7

Evolução não é reajuste!

Carreira é uma coisa, reajuste é outra!

Se não tivermos reajuste salarial em 2016, completaremos três anos sem reposição inflacionária. Isso significará um duro golpe nos salários, em muitos casos – especialmente com os administrativos – já bastante arrojados.

Se depender do governo, não teremos reajuste e nem serão atendidas reivindicações essenciais, como a implantação do plano de saúde institucional, a criação de um auxílio alimentação digno para todos, a extensão do enquadramento por titulação aos administrativos e auxiliares docentes, a revisão da carreira, entre outras.

A Superintendência do Centro e o governo manobram com as informações e tentam fazer com que a categoria fique satisfeita com as etapas da nova carreira, realizadas desde a sua implantação, em 2014, até agora. No entanto, é preciso que fique claro: **EVOLUÇÃO NÃO É REAJUSTE!** Tudo o que conseguimos com a carreira – que só saiu da gaveta por conta da nossa greve – é mérito de cada trabalhador, seja por sua titulação, tempo de casa etc. Os impactos da carreira, inclusive, acabam sendo diferentes: alguns terão expressivas melhoras, outros não.

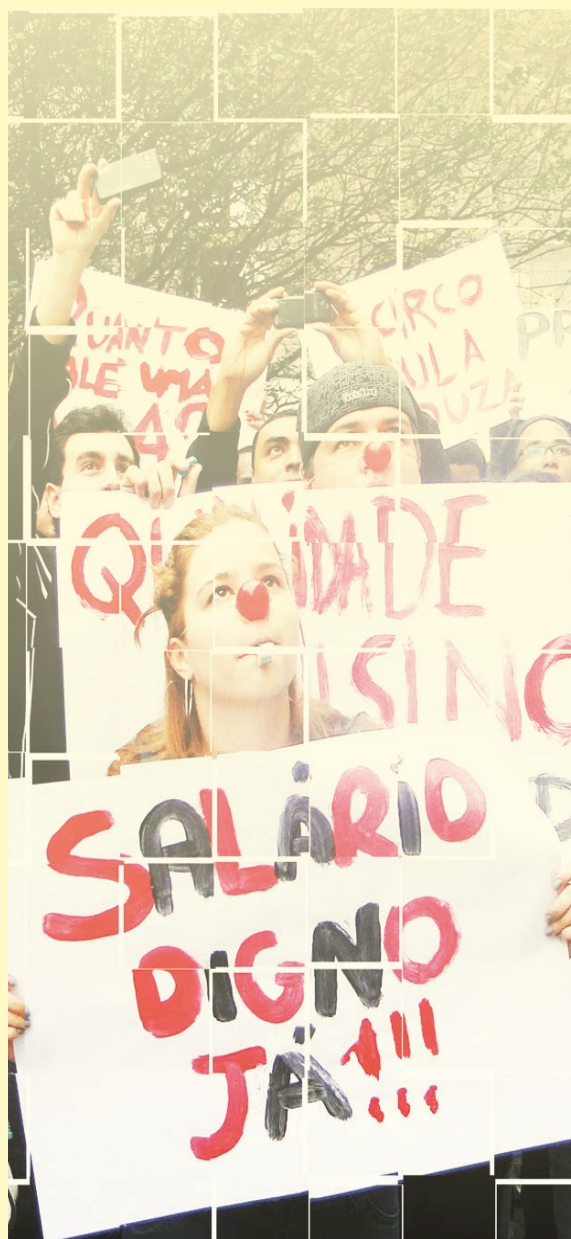
Reajuste salarial é outra coisa. Diz respeito ao direito que o trabalhador tem de restituir anualmente ao salário o poder aquisitivo comido pela inflação. Vale lembrar que, para os servidores públicos, diz a Constituição Federal de 1988, no artigo 37, o seguinte: “X - A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.”

Somente para repor o que a inflação comeu de 2014 a 2016, precisaríamos de um reajuste de 27,88%. Mas o governador não toma a iniciativa!!!!

A carreira foi uma grande conquista, não resta dúvida, mas os salários estariam bem melhores com a reposição inflacionária, como mostra estudo do Sinteps nas páginas seguintes.

Ampliar o debate na categoria: só a luta faz avançar

Em agosto e setembro, participe da reunião em sua unidade



No ano passado e neste ano, as propostas de mobilização fomentadas pela direção do Sinteps culminaram na realização de três atos públicos, o último deles no dia 29 de junho de 2016. Os indicativos de greve apontados pelo Sindicato não foram acatados pela categoria. As razões são muitas: os que receberam promoção/progressão viram-se menos motivados a encampar a greve, houve eleições nas unidades, entre outros fatores. Fato é que não fomos à greve em 2015 e nem em 2016, pelo menos por enquanto.

Reunido no dia 27/7/2016, o Conselho de Diretores de Base (CDB) do Sinteps discutiu essa conjuntura e chegou à conclusão de que é preciso estimular o debate na categoria sobre a necessidade de mobilização.

Até o momento, o que temos são somente promessas:

- Promessa de que o projeto de lei que estende o enquadramento por titulação aos administrativos e auxiliares docentes irá para a Assembleia Legislativa (por enquanto, está parado na gaveta do secretário de Desenvolvimento, como mostra matéria na página 8);
- Promessa de estudar a criação de um auxílio alimentação de R\$ 20,00 para todos;
- Promessa de implantação do plano de saúde institucional.

Durante os meses de agosto e setembro, os diretores do Sindicato farão nova rodada de visitas às unidades, para conversar com os trabalhadores e ouvir suas impressões e propostas para reverter esse quadro. Os indicativos destas reuniões serão discutidos em nova reunião do CDB.

Não queremos mais promessas! Queremos discutir o reajuste da categoria, pois não dá para suportar mais um ano de arrocho salarial! Queremos que o auxílio alimentação para todos se torne realidade! Queremos que o plano de saúde institucional aconteça! Queremos melhores condições de trabalho para todos!

Expediente

Órgão Informativo do **Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de SP.**

Localização: Praça Coronel Fernando Prestes, 74 - Bom Retiro. Cep 01124-060. SP/SP. **Fones:** (11) 3313-1528 e (11) 3313-5385.

Endereço para correspondência: Caixa Postal 13.850, Cep 01216-970 - São Paulo - SP.

E-mail: sinteps@uol.com.br **Site:** <http://www.sinteps.org.br> www.facebook.com/#!/sindicatodostrabalhadores.sinteps

Jornalista Resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458 - bah0609@bol.com.br) **Tiragem desta edição:** 5.000 exemplares.

Política de reajuste **ZERO** destrói nossos salários

Em 2014, conquistamos a implantação da nossa carreira. Foi necessária muita mobilização, culminando com uma forte greve, para que o projeto saísse das gavetas do Palácio e seguisse para aprovação na Alesp. Muitas das nossas reivindicações não foram aceitas e, por isso, queremos que a carreira seja revista (com a adoção da política salarial do Cruesp, jornada para a carreira docente, enquadramento por titulação para todos, fim das avaliações de desempenho, entre outros). Porém, é inegável que tivemos conquistas com ela, que vêm sendo sentidas em promoções e progressões de julho de 2014 até agora, mas que atingem de forma diferenciada cada trabalhador do Centro.

O que veio por conta da carreira, vale lembrar, é mérito de cada um. Não tem nada a ver com uma política salarial, ou seja, com a necessária garantia



de correção do poder aquisitivo dos salários de acordo com a inflação. Neste caso, continuamos no ZERO: nada de reajuste em 2014, nada em 2015 e nada em 2016... até agora.

Neste estudo feito pelo Sinteps, você confere quanto está ganhando agora e quanto deveria estar recebendo, se o governo pagasse os 27,88% (acumulado de 2014, 2015 e 2016) a que temos direito.

Sem mobilização, no entanto, o governo continuará arrochando os nossos salários. Não dará nada em 2016 e, segundo foi apresentado pelo responsável da Unidade de Gestão Administrativa e Financeira (UGAF), nada teremos de reajuste também no ano que vem. Isso porque, na proposta orçamentária do Ceeteps para o ano de 2017, não há previsão de reajuste salarial.

Vamos permitir que isso aconteça?

Discuta com seus colegas de trabalho a necessidade de mobilização. Participe das reuniões promovidas pelo Sindicato nas unidades e faça suas sugestões para mobilizar a categoria. Sem luta, não tem conquista! A história já nos mostrou isso!

Confira os quadros e veja quanto você deveria estar ganhando

Docentes de ETEC

Você ganha isso →

REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
I	17,15	17,84	18,55	19,29	20,06	20,87	21,70	22,57	23,47	24,41	25,39	26,40	27,46	28,56	29,70
II	21,44	22,29	23,19	24,11	25,08	26,08	27,13	28,21	29,34	30,51	31,73	33,00	34,32	35,69	37,12
III	26,80	27,87	28,99	30,15	31,35	32,61	33,91	35,27	36,68	38,14	39,67	41,26	42,91	44,62	46,41

Mas deveria ganhar isso →

REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
I	21,93	22,81	23,72	24,67	25,65	26,69	27,75	28,86	30,01	31,22	32,47	33,76	35,12	36,52	37,98
II	27,42	28,50	29,66	30,83	32,07	33,35	34,69	36,07	37,52	39,02	40,58	42,20	43,89	45,64	47,47
III	34,27	35,64	37,07	38,56	40,09	41,70	43,36	45,10	46,91	48,77	50,73	52,76	54,87	57,06	59,35

Docentes de FATEC

Você ganha isso →

REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
I	29,00	30,16	31,36	32,62	33,92	35,28	36,69	38,16	39,68	41,27	42,92	44,64	46,42	48,28	50,21
II	34,50	35,88	37,32	38,81	40,37	41,98	43,66	45,41	47,22	49,11	51,08	53,12	55,24	57,45	59,75
III	41,06	42,70	44,41	46,19	48,03	49,96	51,95	54,03	56,19	58,44	60,78	63,21	65,74	68,37	71,10

Mas deveria ganhar isso →

REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
I	37,09	38,57	40,10	41,71	43,38	45,12	46,92	48,80	50,74	52,78	54,89	57,09	59,36	61,74	64,21
II	44,12	45,88	47,72	49,63	51,63	53,68	55,83	58,07	60,38	62,80	65,32	67,93	70,64	73,47	76,41
III	52,51	54,60	56,79	59,07	61,42	63,89	66,43	69,09	71,86	74,73	77,73	80,83	84,07	87,43	90,92

Auxiliar de Docente

Você ganha isso



JORNADA - 40 HORAS SEMANAIS															
GRAUS															
REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
I	2.376,42	2.471,47	2.570,33	2.673,14	2.780,07	2.891,27	3.006,92	3.127,20	3.252,29	3.382,38	3.517,68	3.658,38	3.804,72	3.956,91	4.115,18
II	2.827,94	2.941,06	3.058,70	3.181,05	3.308,29	3.440,62	3.578,25	3.721,38	3.870,23	4.025,04	4.186,04	4.353,48	4.527,62	4.708,73	4.897,08
III	3.365,24	3.499,85	3.639,84	3.785,44	3.936,85	4.094,33	4.258,10	4.428,43	4.605,56	4.789,79	4.981,38	5.180,63	5.387,86	5.603,37	5.827,51

Mas deveria ganhar isso



JORNADA - 40 HORAS SEMANAIS															
GRAUS															
REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
I	3.038,97	3.160,52	3.286,94	3.418,41	3.555,15	3.697,36	3.845,25	3.999,06	4.159,03	4.325,39	4.498,41	4.678,34	4.865,48	5.060,10	5.262,49
II	3.616,37	3.761,03	3.911,47	4.067,93	4.230,64	4.399,86	4.575,87	4.758,90	4.949,25	5.147,22	5.353,11	5.567,23	5.789,92	6.021,52	6.262,39
III	4.303,47	4.475,61	4.654,63	4.840,82	5.034,44	5.235,83	5.445,26	5.663,08	5.889,59	6.125,18	6.370,19	6.624,99	6.890,00	7.165,59	7.452,22

Obs: E ainda deveria estar enquadrado na referência compatível com sua titulação

ADMINISTRATIVOS: Especialista em Planejamento Educacional, Obras e Gestão

Você ganha isso



GRAUS															
REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
I	3.889,00	4.083,45	4.287,62	4.502,00	4.727,10	4.963,46	5.211,63	5.472,21	5.745,82	6.033,12	6.334,77	6.651,51	6.984,09	7.333,29	7.699,95
II	4.355,68	4.573,46	4.802,14	5.042,24	5.294,36	5.559,07	5.837,03	6.128,88	6.435,32	6.757,09	7.094,94	7.449,69	7.822,18	8.213,28	8.623,95
III	4.878,36	5.122,28	5.378,39	5.647,31	5.929,68	6.226,16	6.537,47	6.864,34	7.207,56	7.567,94	7.946,34	8.343,65	8.760,84	9.198,88	9.658,82

Mas deveria ganhar isso



GRAUS															
REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
I	4.973,25	5.221,92	5.483,01	5.757,16	6.045,02	6.347,27	6.664,63	6.997,86	7.347,75	7.715,15	8.100,90	8.505,95	8.931,25	9.377,81	9.846,70
II	5.570,04	5.848,54	6.140,98	6.448,02	6.770,43	7.108,94	7.464,39	7.837,61	8.229,49	8.640,97	9.073,01	9.526,66	10.003,00	10.503,14	11.028,31
III	6.238,45	6.550,37	6.877,89	7.221,78	7.582,87	7.962,01	8.360,12	8.778,12	9.217,03	9.677,88	10.161,78	10.669,86	11.203,36	11.763,53	12.351,70

Obs: E ainda deveria estar enquadrado na referência compatível com sua titulação

ADMINISTRATIVOS: Analista de Suporte e Gestão

Você ganha isso



GRAUS															
REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
I	2.519,00	2.644,95	2.777,20	2.916,06	3.061,86	3.214,95	3.375,70	3.544,49	3.721,71	3.907,80	4.103,19	4.308,34	4.523,76	4.749,95	4.987,45
II	2.821,28	2.962,34	3.110,46	3.265,98	3.429,28	3.600,75	3.780,79	3.969,82	4.168,32	4.376,73	4.595,57	4.825,35	5.066,61	5.319,94	5.585,94
III	3.159,83	3.317,83	3.483,72	3.657,90	3.840,80	4.032,84	4.234,48	4.446,20	4.668,51	4.901,94	5.147,04	5.404,39	5.674,61	5.958,34	6.256,25

Mas deveria ganhar isso



GRAUS															
REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
I	3.221,30	3.382,36	3.551,48	3.729,06	3.915,51	4.111,28	4.316,85	4.532,69	4.759,32	4.997,29	5.247,16	5.509,51	5.784,98	6.074,24	6.377,95
II	3.607,85	3.788,24	3.977,66	4.176,54	4.385,36	4.604,64	4.834,87	5.076,61	5.330,45	5.596,96	5.876,81	6.170,66	6.479,18	6.803,14	7.143,30
III	4.040,79	4.242,84	4.454,98	4.677,72	4.911,62	5.157,20	5.415,05	5.685,80	5.970,09	6.268,60	6.582,03	6.911,13	7.256,69	7.619,53	8.000,49

Obs: E ainda deveria estar enquadrado na referência compatível com sua titulação

ADMINISTRATIVOS: Agente Técnico e Administrativo

Você ganha isso →

GRAUS															
REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
I	1.142,00	1.199,10	1.259,06	1.322,01	1.388,11	1.457,51	1.530,39	1.606,91	1.687,25	1.771,62	1.860,20	1.953,21	2.050,87	2.153,41	2.261,08
II	1.279,04	1.342,99	1.410,14	1.480,65	1.554,68	1.632,42	1.714,04	1.799,74	1.889,72	1.984,21	2.083,42	2.187,59	2.296,97	2.411,82	2.532,41
III	1.432,52	1.504,15	1.579,36	1.658,33	1.741,24	1.828,30	1.919,72	2.015,71	2.116,49	2.222,32	2.333,43	2.450,10	2.572,61	2.701,24	2.836,30

Mas deveria ganhar isso →

GRAUS															
REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
I	1.460,39	1.533,41	1.610,09	1.690,59	1.775,12	1.863,86	1.957,06	2.054,92	2.157,66	2.265,55	2.378,82	2.497,76	2.622,65	2.753,78	2.891,47
II	1.635,64	1.717,42	1.803,29	1.893,46	1.988,12	2.087,54	2.191,91	2.301,51	2.416,57	2.537,41	2.664,28	2.797,49	2.937,37	3.084,24	3.238,45
III	1.831,91	1.923,51	2.019,69	2.120,67	2.226,70	2.338,03	2.454,94	2.577,69	2.706,57	2.841,90	2.983,99	3.133,19	3.289,85	3.454,35	3.627,06

Obs: E ainda deveria estar enquadrado na referência compatível com sua titulação

ADMINISTRATIVOS: Auxiliar de Apoio

Você ganha isso →

GRAUS															
REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
I	1.072,00	1.125,60	1.181,88	1.240,97	1.303,02	1.368,17	1.436,58	1.508,41	1.583,83	1.663,02	1.746,18	1.833,48	1.925,16	2.021,42	2.122,49
II	1.200,64	1.260,67	1.323,71	1.389,89	1.459,39	1.532,35	1.608,97	1.689,42	1.773,89	1.862,59	1.955,72	2.053,50	2.156,18	2.263,99	2.377,19

Mas deveria ganhar isso →

GRAUS															
REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
I	1.370,87	1.439,42	1.511,39	1.586,95	1.666,30	1.749,62	1.837,10	1.928,95	2.025,40	2.126,67	2.233,01	2.344,65	2.461,89	2.584,99	2.714,24
II	1.535,38	1.612,14	1.692,76	1.777,39	1.866,27	1.959,57	2.057,55	2.160,43	2.268,45	2.381,88	2.500,97	2.626,02	2.757,32	2.895,19	3.039,95
III	1.719,62	1.805,60	1.895,89	1.990,68	2.090,22	2.194,72	2.304,46	2.419,68	2.540,66	2.667,71	2.801,09	2.941,14	3.088,20	3.242,61	3.404,74

Obs: Deveria ter a Referência III, como todos os outros trabalhadores do Ceeteps. E ainda deveria estar enquadrado na referência compatível com sua titulação.

ADMINISTRATIVOS: Analista Técnico de Saúde

Você ganha isso →

GRAUS															
REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
I	2.464,83	2.588,07	2.717,48	2.853,35	2.996,02	3.145,82	3.303,11	3.468,26	3.641,68	3.823,76	4.014,95	4.215,70	4.426,48	4.647,80	4.880
II	2.760,61	2.898,64	3.043,57	3.195,75	3.355,54	3.523,32	3.699,48	3.884,45	4.078,68	4.282,61	4.496,74	4.721,58	4.957,66	5.205,54	5.465
III	3.091,88	3.246,48	3.408,80	3.579,24	3.758,20	3.946,11	4.143,42	4.350,59	4.568,12	4.796,52	5.036,35	5.288,17	5.552,58	5.830,21	6.121

Mas deveria ganhar isso →

GRAUS															
REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
I	3.152,02	3.309,62	3.475,11	3.648,86	3.831,31	4.022,87	4.224,02	4.435,21	4.656,98	4.889,82	5.134,32	5.391,04	5.660,58	5.943,61	6.240
II	3.527,73	3.704,11	3.889,32	4.083,79	4.287,98	4.502,38	4.727,49	4.963,86	5.212,06	5.472,66	5.746,29	6.033,61	6.335,29	6.652,06	6.984
III	3.953,90	4.151,60	4.359,17	4.577,13	4.805,99	5.046,29	5.298,61	5.563,53	5.841,71	6.133,79	6.440,48	6.762,51	7.100,64	7.455,67	7.828

Obs: E ainda deveria estar enquadrado na referência compatível com sua titulação

ADMINISTRATIVOS: Técnico de Saúde

Você
ganha isso
→

GRAUS															
REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
I	1.330,74	1.397,28	1.467,14	1.540,50	1.617,52	1.698,40	1.783,32	1.872,48	1.966,11	2.064,41	2.167,64	2.276,02	2.389,82	2.509,31	2.634,77
II	1.490,43	1.564,95	1.643,20	1.725,36	1.811,63	1.902,21	1.997,32	2.097,18	2.202,04	2.312,14	2.427,75	2.549,14	2.676,60	2.810,43	2.950,95
III	1.669,28	1.752,74	1.840,38	1.932,40	2.029,02	2.130,47	2.237,00	2.348,84	2.466,29	2.589,60	2.719,08	2.855,04	2.997,79	3.147,68	3.305,06

Mas
deveria
ganhar isso
→

GRAUS															
REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
I	1.701,75	1.786,84	1.876,18	1.969,99	2.068,48	2.171,91	2.280,51	2.394,53	2.514,26	2.639,97	2.771,98	2.910,57	3.056,10	3.208,91	3.369,34
II	1.905,96	2.001,26	2.101,32	2.206,39	2.316,71	2.432,55	2.554,17	2.681,87	2.815,97	2.956,76	3.104,61	3.259,84	3.422,84	3.593,98	3.773,67
III	2.134,68	2.241,40	2.353,48	2.471,15	2.594,71	2.724,45	2.860,68	3.003,70	3.153,89	3.311,58	3.477,16	3.651,03	3.833,57	4.025,25	4.226,51

Obs: E ainda deveria estar enquadrado na referência compatível com sua titulação

ESCALA DE SALÁRIOS - EMPREGO PÚBLICO EM CONFIANÇA

DENOMINAÇÃO	QUANTO GANHA	QUANTO DEVERIA GANHAR
ASSESSOR TÉCNICO CHEFE	R\$ 8.664,66	R\$ 11.080,37
ASSESSOR TÉCNICO DA SUPERINTENDÊNCIA	R\$ 8.664,66	R\$ 11.080,37
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DE GABINETE	R\$ 2.224,00	R\$ 2.844,05
ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	R\$ 5.570,77	R\$ 7.123,90
ASSISTENTE TÉCNICO	R\$ 3.047,00	R\$ 3.896,50
ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO I	R\$ 3.675,00	R\$ 4.699,59
ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO II	R\$ 4.458,15	R\$ 5.701,08
ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO III	R\$ 5.054,05	R\$ 6.463,12
ASSISTENTE TÉCNICO DA SUPERINTENDÊNCIA	R\$ 4.458,15	R\$ 5.701,08
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 1.787,81	R\$ 2.286,25
CHEFE DE GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA	R\$ 9.617,10	R\$ 12.298,35
CHEFE DE SEÇÃO ADMINISTRATIVA	R\$ 2.270,74	R\$ 2.903,82
CHEFE DE SEÇÃO TÉCNICA ADMINISTRATIVA	R\$ 2.946,56	R\$ 3.768,06
COORDENADOR TÉCNICO	R\$ 9.492,10	R\$ 12.138,50
DIRETOR DE DEPARTAMENTO	R\$ 6.546,40	R\$ 8.371,54
DIRETOR DE DIVISÃO	R\$ 5.058,15	R\$ 6.468,36
DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA - ETEC	R\$ 5.828,43 ou R\$ 7.368,86	R\$ 7.453,40 ou R\$ 9.423,30
DIRETOR DE FACULDADE DE TECNOLOGIA - FATEC	R\$ 8.440,43 ou R\$ 9.980,86	R\$ 10.793,62 ou R\$ 12.763,52
DIRETOR DE SERVIÇO	R\$ 4.029,00	R\$ 5.152,29
DIRETOR SUPERINTENDENTE	R\$ 13.365,84	R\$ 17.092,24
ENCARREGADO DE SETOR ADMINISTRATIVO	R\$ 1.787,81	R\$ 2.286,25
ENCARREGADO DE SETOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO	R\$ 2.768,80	R\$ 3.540,74
SUPERVISOR DE GESTÃO RURAL	R\$ 2.270,74	R\$ 2.903,82
VICE-DIRETOR DE FAC. DE TECNOLOGIA - FATEC	R\$ 7.060,55	R\$ 9.029,03
VICE-DIRETOR SUPERINTENDENTE	R\$ 11.120,45	R\$ 14.220,83
SECRETARIO GERAL	R\$ 5.054,05	R\$ 6.463,12
ASSISTENTE DE SUPERVISÃO EDUCACIONAL	R\$ 5.158,15	R\$ 6.596,24

Os quadros desta página e das anteriores mostram o enorme prejuízo que o congelamento salarial nos traz. Só a mobilização pode conquistar os 27,88% para repor as perdas de 2014, 2015 e 2016!



Para a Alstom, tem! Para os trabalhadores, não!

Com os **R\$ 116 milhões** perdoados por Alckmin, daria para atender boa parte das nossas reivindicações

No dia 24/7, a imprensa divulgou um fato escandaloso: embora viva alegando que a crise econômica é grande e isso impede a concessão de reajuste aos trabalhadores, o governo Alckmin simplesmente perdoou uma dívida de R\$ 116 milhões da multinacional francesa Alstom, derivada de um contrato para fornecimento de um sistema de controle de trens para o Metrô. Segundo o jornal Folha de S. Paulo, o Ministério Público do Estado de São Paulo está investigando o acordo feito entre o governo estadual e a empresa, fechado no âmbito de uma arbitragem privada em janeiro deste ano, o que é considerado irregular.

A Alstom já é alvo de vários processos e investigações por suposto pagamento de propinas para obtenção de vantagens em contratos com estatais paulistas de energia e transporte, sempre em governos do PSDB.

O Sinteps elaborou um estudo para saber o que o governador Alckmin poderia fazer com este dinheiro. No caso dos trabalhadores do Ceeteps, veja o que seria possível atender das nossas reivindicações, já discutidas com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a Superintendência do Centro:

Plano de Saúde Institucional

Custo individual: Estimado em R\$ 367,00 (preço médio de mercado, cotado com a Operadora Amil)

Nº de trabalhadores: 13.500 (estimativa de adesão)

Gasto total mensal: R\$ 4.954.500,00

Gasto total anual: R\$ 34.681.500,00 (a partir de junho, com implantação em maio)

Participação institucional: R\$ 27.745.200,00 (80%)

*Obs: Como não foi criado em maio/2016, se for implantado em agosto (com funcionamento a partir de setembro/2016), os gastos seriam de **R\$ 16 milhões** (parte institucional)*

Vale-alimentação de R\$ 20,00 para todos

Nº trabalhadores atendidos: 19.800

Preço Individual: 20,00 diários

Gasto total mensal: R\$ 8.681.640,00

Gasto total anual: R\$ 60.771.480,00 (a partir de junho, com implantação em maio)

*Obs: Como não foi criado em maio/2016, se for implantado em agosto (com funcionamento a partir de setembro/2016), os gastos do Ceeteps seriam de **R\$ 33 milhões**.*

Extensão do enquadramento por titulação aos administrativos e auxiliares docentes

Implantação retroativa a julho/2016: Impacto de cerca de **R\$ 2 milhões**

Reposição salarial

Para atender à reivindicação de 27,88 % de reajuste salarial para todos (correspondente às nossas perdas de 2014, 2015 e 2016), numa conta linear, sem muitos detalhamentos, o Ceeteps gastaria aproximadamente R\$ 271 milhões, retroagindo a aplicação a maio/2016. Se o reajuste for aplicado em agosto, o gasto aproximado para atender à reivindicação seria de R\$ 154 milhões.

Se o governo nos concedesse unicamente o equivalente à inflação deste ano (10%), a partir de agosto/2016, o montante cairia para **R\$ 55 milhões**.

SOMANDO TUDO...

R\$ 16 milhões (Plano de Saúde) +

R\$ 33 milhões (Auxílio alimentação) +

R\$ 55 milhões (Reajuste de 10% em agosto/2016) +

R\$ 2 milhões (Extensão do enquadramento por titulação aos administrativos e auxiliares docentes)

Total: **R\$ 108 milhões** (menos do que o governo deu à Alstom, empresa acusada de envolvimento no “cartel do Metrô”)

Conclusão: Realmente, governar é escolher prioridades. Entre pagar aos trabalhadores do Centro Paula Souza seus direitos legais e “doar dinheiro do orçamento” do Estado à multinacional Alstom, Alckmin escolheu a segunda opção.



Carreira

Projeto de extensão da promoção especial está na Secretaria de Desenvolvimento. Temos pressa!

Após um longo período de cobranças do Sinteps, em meados de julho a Superintendência do Centro informou que a proposta de projeto de lei que estende a promoção especial aos administrativos e auxiliares docentes finalmente saiu do Ceeteps e encontra-se na Secretaria de Desenvolvimento. No âmbito do governo, ainda precisa tramitar nas secretarias de Planejamento e Fazenda, culminando nas mãos do governador Geraldo Alckmin, que precisa enviá-lo para a Assembleia Legislativa, onde deve ser aprovado.

Para lembrar

Trata-se da reivindicação feita pelo Sindicato desde a discussão da nova carreira, em 2014, de que a promoção especial por titulação em julho/2016 fosse estendida também aos administrativos e auxiliares de docente. Insistentemente, o Sin-

dicato elaborou estudos provando à Superintendência e ao governo que essa extensão acarretaria um gasto mínimo aos cofres públicos, mas seria um grande reconhecimento ao valor destes dois segmentos, uma forma de fazer justiça a toda a categoria.

Pressão

Agora é hora de pressionar o secretário de Desenvolvimento e vice-governador, Márcio França. Escreva e-mail para: marciofranca@sp.gov.br. Sugestão de conteúdo:

Assunto: Sobre o projeto de extensão da promoção especial no Ceeteps.

Texto: Solicitamos ao Ilmo. Sr. Márcio França, secretário de Desenvolvimento e vice-governador,



que agilize a tramitação do projeto de lei que estende a promoção especial por titulação aos administrativos e auxiliares docentes. É profundamente injusto deixar de fora uma parte da categoria, justamente a mais discriminada e arrojada dentro do Centro Paula Souza, ainda mais sabendo-se que os impactos financeiros da extensão seriam baixíssimos. Ou seja, com um custo ínfimo, o governo demonstrará respeito e fará justiça a estes segmentos.



Em www.sinteps.org.br, também há um texto mais longo, caso os trabalhadores das unidades queiram explicitar as reivindicações mais importantes ao secretário.

Assédio moral

Centro cria comissão, mas não inclui Sinteps

Sabemos que o assédio moral é um problema crescente nos locais de trabalho e aumenta à medida que se ampliam a exploração, as más condições de trabalho e o arrocho salarial. Os padrões – privados e públicos – assediam os trabalhadores com o objetivo de obrigá-los a engolir tudo isso.



contra Assédio Moral – COPAM, é uma iniciativa interessante. Porém, a ausência de representantes do Sinteps em sua composição indica seus limites.

Ações do Sinteps

A ação do Sinteps contra o assédio moral intensificou-se a partir do VII Congresso da categoria, realizado em outubro de 2013. A partir dali, foi criada na entidade a Comissão Permanente de Combate ao Assédio Moral, que já recebeu várias denúncias.

Após o recebimento das denúncias, a ação do Sindicato pode se dar de diferentes formas:

- **Via administrativa:** Leva o caso ao empregador, com tudo documentado. Por meio desta iniciativa, já houve algumas reuniões de conciliação, junto à Ouvidoria do Centro, sendo alcançadas revisões de postura de alguns diretores de unidades.

- **Via jurídica:** Se a via administrativa não é bem-sucedida, parte-se para ações judiciais, como já ocorreu em muitas situações, inclusive com decisões favoráveis. Vários são os resultados positivos, em alguns casos com o afastamento do diretor assediador e garantias funcionais ao trabalhador assediado.

- **Via política:** Após receber a denúncia, o Sindicato

a remete para a Comissão de Educação (CE) da Assembleia Legislativa de São Paulo. Já houve vários casos em que a CE realizou audiências públicas com a presença das partes envolvidas.

Como denunciar

A melhor forma de combater o assédio é denunciando. Se ocorre algo semelhante em sua unidade, a orientação do Sindicato é a seguinte:

- Busque apoio entre os colegas e familiares.
- Procure reunir todo tipo de prova possível (documentos escritos, e-mails etc.). Em caso de situações orais (sem prova física), o trabalhador deve fazer uma espécie de diário com as atitudes do assédio, citando os fatos e as testemunhas.
- Entre em contato com a Comissão Permanente de Combate ao Assédio Moral do Sinteps, que seguirá os trâmites acima descritos.

Para fazer a denúncia ou ter mais informações, escreva para sinteps@uol.com.br.

Para saber mais

O Sinteps organizou uma cartilha sobre o assédio moral, com orientações aos trabalhadores. Para acessá-la e a outros materiais a respeito do tema, entre no site (www.sinteps.org.br), vá em "Fique por dentro" – "Assédio moral"



No Centro Paula Souza, não é diferente. Muitos trabalhadores sofrem diariamente práticas de assédio, mas não conseguem provas para um processo judicial. De um lado, porque os assediadores não produzem provas contra si; por outro, porque as testemunhas, em geral, têm medo de depor e serem os próximos assediados.

Por isso, o Sinteps vem intensificando suas ações contra esse mal, que faz adoecer física e psicologicamente. Além de criar uma comissão própria, como deliberação de seu VII Congresso, o Sindicato vem reivindicando que o Centro também crie uma comissão, com estruturas formais e eficazes de combater o assédio, com representantes da instituição e do Sinteps.

Nesse sentido, a divulgação da Portaria Ceeteps-GDS 1.334, de 20/6/2016 (veja íntegra no site do Sinteps), constituindo a Comissão Permanente de Orientação e Prevenção

Eleições no Sinteps

Justiça encerra processo. Chapa eleita é empossada e inicia nova gestão

No dia 8 de julho de 2016, chegou ao fim o processo que se arrastava desde outubro do ano passado: em decisão definitiva, a juíza Letícia Neto Amaral, da 60ª Vara do Trabalho de São Paulo, rejeitou o pedido da chapa perdedora – Chapa 2 “Muda Sinteps” – de anulação do processo eleitoral, realizado em outubro de 2015, e determinou a imediata posse da chapa vencedora – Chapa 1 “Sinteps Sempre na Luta”.

Em sua sentença, a juíza rejeitou todas as acusações. Em relação ao período que antecedeu à coleta de votos, afirmou que “a prova documental trazida pelas partes não comprova a existência de irregularidades em relação ao registro das chapas e à formação da comissão eleitoral”. No tocante ao processo de coleta de votos, a sentença enfatizou que “é certo que não houve comprovação, por qualquer meio, que possa ter havido: violação das urnas, manipulação do conteúdo das urnas, irregularidade quanto à votação ou algum de tipo de fraude na apuração dos votos”.

Frente aos fatos, a magistrada determinou “a improcedência do pedido formulado, cassando-se os efeitos das liminares concedidas e autorizando-se a posse da Diretoria eleita”.

“A decisão judicial fez jus à lisura do processo e garantiu o respeito à decisão soberana da categoria nas urnas”, considera Sílvia Elena de Lima, atual presidente do Sinteps e encabeçadora da Chapa 1 “Sinteps sempre na luta”, que obteve 73,82% dos votos nas eleições. “Nestes meses todos, nos quais a entidade viveu momentos de incerteza, jamais deixamos de cumprir o papel que cabe a uma direção sindical combativa, que é o de lutar pelos interesses dos trabalhadores que representa. Agora, vamos prosseguir trabalhando em prol da categoria, como sempre fizemos”, diz.

Em nome dos membros da chapa eleita, Sílvia agradece aos trabalhadores do Centro pela confiança depositada na direção da entidade. “Temos muitas lutas pela frente!”

A posse

Com a presença de entidades irmãs – como os sindicatos ligados às universidades estaduais paulistas e entidades estudantis do Ceeteps – os membros da chapa “Sinteps sempre na luta” tomaram posse em cerimônia realizada no dia 27/7.



Os membros da nova direção do Sinteps durante a posse



Fotos da posse: Mário Palhares

“É uma honra compartilhar deste momento com os bravos companheiros da chapa eleita para o Sinteps, uma entidade que tem importância ímpar na defesa da educação pública paulista”, destacou João Carlos Camargo de Oliveira, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Unesp (Sintunesp) e representante do

Fórum das Seis na atividade.

Na oportunidade, também aconteceu a cerimônia de nomeação do auditório do Sindicato, numa emocionada homenagem a Salvador dos Santos Filho (leia mais na página seguinte).



Veja quem são os membros da nova direção

Com a posse da “Chapa 1 – Sinteps sempre na luta”, a direção do nosso Sindicato passa a ter uma composição que retrata bem o que é o Centro Paula Souza atualmente: são professores, técnico-administrativos e auxiliares de docente de ETECs e FATECs; alguns há bastante tempo na instituição, outros mais recentes; de escolas mais antigas e escolas mais novas; de escolas industriais e agrícolas; da capital, do interior e do litoral. Confira:

PRESIDENTE: Sílvia Elena de Lima - ETEC Jorge Street – São Caetano do Sul

VICE-PRESIDENTE: Renato de Menezes Quintino – FATEC Prof. Jessen Vidal - São José dos Campos

SECRETÁRIA GERAL: Neusa Santana Alves - ETEC Júlio de Mesquita – Santo André

TESOUREIRA GERAL: Denise Rykala - ETEC Júlio de Mesquita – Santo André

SECRETÁRIO POLÍTICO/ADM.: Fernando José Salvador Pedro – FATEC de Jahu - Jau

SECRETÁRIO FINANCEIRO: Rafael dos S. C. Macedo - ETEC Pedro Ferreira Alves – Mogi Mirim

SECRETÁRIO EXECUTIVO: Gilberto Arantes de Freitas - ETEC Martin Luther King - Capital

SECRETÁRIA EXECUTIVA: Luciana Fischer – FATEC Dep. Roque Trevisan - Piracicaba

SECRETÁRIA EXECUTIVA: Patrícia Ap. de Souza Macedo - ETEC Francisco Garcia - Mococa

DIRETORA DE CULTURA, LAZER E ESPORTES: Heriane Prado e Souza - ETEC Aristóteles Ferreira - Santos

DIRETORA DE ASSUNTOS PARA O TRABALHADOR APOSENTADO: Maria Regina Rossetto Solano - ETEC Rubens de Faria e Souza - Sorocaba

SUPLENTES

. Mauro Machado de Oliveira - ETEC Martin Luther King - Capital

. Gertrudes Ap. Lopes Pereira - ETEC João Gomes de Araújo - Pindamonhangaba

. Miquéias Ferreira de Oliveira - ETEC Elias Nechar - Catanduva

CONSELHO FISCAL

TITULARES

. Marcos José de Abreu - ETEC Polivalente de Americana - Americana

. Paulo Lemos - Administração Central - Capital

. Marcio José Dionísio - ETEC Dr. Carolino da Motta e Silva – Espírito Santo do Pinhal

SUPLENTES

. Paulo Roberto Murger Nogueira - ETEC Martin Luther King - Capital

. Elizabeth Ap. Souza - FATEC São Paulo - Capital

. Itamar Tadeu Moll - FATEC-São Paulo - Capital

Companheiro Salvador, para sempre presente!



No dia 27/7/2016, também aconteceu a cerimônia de nomeação do auditório do Sindicato. A partir de agora, ele passa a se chamar “Auditório Salvador dos Santos Filho”, em homenagem a uma das principais figuras da história do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, o nosso Sinteps. Militante ativo desde a primeira hora como trabalhador do Ceeteps, Salvador foi membro da Diretoria Executiva do Sinteps por cinco mandatos (1994/1997, 2003/2006, 2006/2009, 2009/2012 e 2012/2015).

Peça chave na organização da categoria desde o surgimento das primeiras entidades representativas no Centro, foi protagonista de uma história de vida inspiradora. Cabe a ele papel central na idealização do Sinteps, unindo os trabalhadores do Centro em uma única luta. Apaixonado pela escrita, nos deixa textos e poesias diversos. Em parceria com Sílvia Elena de Lima e Clovis Roberto dos Santos Filho, Salvador escreveu o livro “Os (des)caminhos da Educação Profissional e Tecnológica no estado de São Paulo”, publicado pelo Sinteps no final de 2008.

Familiares de Salvador participaram da cerimônia. Ana, uma de suas irmãs, destacou o seu gosto pelas letras. “Nos últimos meses de vida, mesmo já com a saúde frágil, ele escreveu sem parar”, disse Ana, lendo para os presentes um de poemas escritos por ele:

Na foto acima, Sílvia, presidente do Sinteps (à direita), descerra a placa ao lado de Ana, irmã do homenageado.

Ao lado, Salvador dos Santos Filho: eterna lembrança



“Eu não sou Bertold Brecht

Eu não sou Bertold Brecht.

Mas, se fosse, diria aos companheiros:

Vamos à luta!

Na luta, se conquista no mínimo o direito de ser ouvido.

E ser ouvido mexe com a consciência de quem ouviu.

E, se você não foi atendido, resista, não desista.

Os que desistem da luta morrem antes do tempo.

E são esquecidos, como se nunca existiram.

Eu não sou Bertold Brecht.

Mas tenho certeza de que ele comigo concordaria.

Salvador dos Santos Filho (18/2/2013)”

Corte de direitos sociais e trabalhistas, arrocho salarial e ampliação de lucros patronais

Temer, a ponte para o passado e a conta do pato

O governo de Michel Temer – alçado ao poder após um movimento político golpista liderado pelos empresários da poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a FIESP, que chacoalhou o país nos primeiros meses deste ano – precisou de poucos dias no poder para mostrar a que veio.

O famoso pato amarelo, que saltitou em frente ao vistoso prédio da FIESP na Avenida Paulista durante as manifestações favoráveis ao impeachment, simbolizava as intenções dos organizadores do movimento. Para eles, o pato da crise deve ser pago pelos trabalhadores.

As propostas do governo golpista, sacramentadas no conhecido documento do PMDB “Ponte para o futuro”, nunca foram escondidas de ninguém, mas espertamente foram deixadas na gaveta até que Temer e seu ministério – boa parte composto por ministros que são réus em processos de corrupção – pudessem subir a rampa do Planalto.

Agora, mesmo os setores da população que se deixaram levar pela pesada propaganda patrocinada pela grande imprensa começam a se dar conta dos reais interesses em jogo. Temer e seus ministros não fazem segredo das suas prioridades: as reformas trabalhista e previdenciária, a limitação de recursos e o desmonte dos serviços públicos, entre eles a saúde e a educação. O objetivo: garantir o pagamento da dívida pública aos banqueiros e os lucros dos empresários, que veem no tripé previdência social/saúde/educação um filão para seus negócios.

Ou seja, em vez de reduzir os lucros patronais, a solução contida na “Ponte para o futuro” para retomar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) é prejudicar os trabalhadores, os serviços pú-

blicos e o conjunto da maioria pobre da população.

Principais “propostas”

No pacote de maldades do governo golpista, destacam-se algumas propostas que podem trazer sérios prejuízos à maioria da população, como é o caso da limitação constitucional de gastos com saúde e educação (veja box), e das reformas trabalhista e previdenciária (leia a seguir).

“Com o discurso de que precisa fazer mudanças profundas para garantir que o país continue viável, Temer quer cortar na carne alheia até o osso e além. O que não revela é que as propostas de mudanças, como a dilapidação da CLT e o aumento no tempo de contribuição para poder se aposentar, povoam os sonhos eróticos de parte do andar de cima da sociedade há muito tempo”, destaca o jornalista Leonardo Sakamoto (Portal UOL, 24/7/2016).

Como assinala Celso Luis Sá Carvalho, em artigo especialmente escrito para o Sinteps Jornal, “a espinha dorsal do projeto da sociedade neoliberal fascista brasileira justamente é o regresso ao Brasil pré-Constituição de 1988, razão pela qual o Sistema Único de Saúde, um dos maiores e melhores do mundo, bem como o Sistema de Assistência Social, são objetos centrais de desconstituição na continuidade do golpe”. Leia a íntegra do artigo nas páginas 15 e 16.

Reforma trabalhista

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, deu uma ideia do que pode vir por aí. “É preciso modernizar as leis, especialmente no que diz respeito à jornada de trabalho e aos salários”, disse ele durante evento em São Paulo, no dia 22/7/2016

(Jornal Folha de S. Paulo). Segundo o ministro, a ideia é mexer na lei para garantir que as negociações diretas entre patrões e sindicatos possam valer mesmo que contrariem princípios previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Por exemplo, se os empresários de determinado setor negociam com o sindicato da categoria que a jornada de trabalho deve ser de 10 ou 12 horas diárias – o que contraria o texto atual da CLT, que a limita em 8 horas – isso poderia ser implantado. Se as partes negociam uma redução dos salários, idem. Simples assim.

Reforma da Previdência

As sucessivas reformas no sistema previdenciário brasileiro, iniciadas no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso e que tiveram continuidade no governo Lula, se incumbiram de promover várias mudanças: o tempo de serviço foi substituído pelo tempo de contribuição, a idade mínima para aposentadoria ampliou-se e foi criado o fator previdenciário.

Mas Temer quer mais. Ele promete para depois da votação definitiva do impeachment – afinal, antes de atacar os trabalhadores é preciso garantir sua permanência no poder – a apresentação de um projeto de reforma drástica. Se valer o conteúdo do documento “Ponte para o Futuro”, deve haver uma idade mínima bem mais elevada para os trabalhadores se aposentarem (igual para homens e mulheres, trabalhadores do campo e da cidade) e a desindexação do benefício previdenciário ao salário mínimo, entre outros.

Para justificar a necessidade das medidas, o argumento é o “rombo” nas contas da Previdência. Segundo a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), no entanto, isso é bastante questionável. A entidade elaborou estudo em que mostra que o orçamento da Seguridade Social no Brasil é superavitário.

Os recursos da Previdência são arrecadados por meio de contribuição previdenciária, além de tributos de diversos órgãos, da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), entre outras fontes. “Em 2015, contando as receitas sobre as despesas, o total foi um saldo positivo de aproximadamente R\$ 23,9 bilhões. No entanto, boa parte desse excedente vem sendo desviada para cobrir outras despesas, especialmente de ordem financeira”, aponta o estudo.





O que Temer quer mudar na Previdência



Desindexação do benefício previdenciário ao salário mínimo

A intenção é desindexar o benefício previdenciário da correção do salário mínimo. Em pouco tempo, a maioria das aposentadorias valeria cada vez menos do que um salário mínimo.

Adoção de idade mínima e tempo de contribuição/ convergência dos sistemas

Quer adotar uma idade mínima que não seja inferior a 65 anos para homens e mulheres, tanto na iniciativa privada quanto no setor público (unificação dos sistemas, nivelando as regras por baixo).

Trabalhadores do campo

Temer defende a alteração do direito ao acesso com 15 anos de contribuição, ignorando o fato de que um trabalhador do corte da cana, por exemplo, tem "vida útil", em média, de 11 anos.

Financiamento da Previdência

Para atender aos reclamos do empresariado, a ideia é diminuir as "cargas tributárias e custos" que incidem sobre as empresas e que ajudam a financiar a Previdência.

PLP 257/2016 e PEC 241/2016:

Câmara Federal vota ataques contra servidores e cortes na saúde e na educação

Na data de fechamento desta edição do *Sinteps Jornal*, em 2/8/2016, estavam em vias de serem votados na Câmara Federal o Projeto de Lei (PLP) 257/2016 e o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016.

Ambos atacam as carreiras dos servidores em âmbito federal e estadual, prevendo o congelamento dos salários, a suspensão de concursos públicos, fim das progressões nas carreiras, entre outras.

O objetivo dos projetos é controlar os gastos dos estados pela variação da inflação do ano anterior. Na prática, isso significa que os servidores não terão reajustes salariais e as contratações ficam suspensas (reservadas as reposições de aposentadorias ou de falecimento que não aumentem as despesas).

Além dos ataques aos servidores, os projetos também alteram os percentuais mínimos que a União, estados e municípios podem investir em saúde e educação. Os investimentos nessas áreas passariam a ser corrigidos unicamente



pela inflação, e não mais pelo crescimento da receita, como é hoje.

Os principais pontos dos projetos

a) Implementação de Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual, o regime de Previdência Complemen-

tar, a elevação da contribuição previdenciária para 14%.

b) Reforma do regime jurídico dos servidores ativos e inativos, para limitar os benefícios, como quinquênios e licenças, e restringir progressões nas carreiras.

c) Definição de limite máximo para aumento da despesa orçamentária para até 80% da receita líquida do ano anterior.

Reação

Só a reação do conjunto dos trabalhadores – públicos e privados – pode impedir os retrocessos contidos nos dois projetos. Fique atento às mobilizações em defesa do serviço público, sejam elas nas ruas, nas audiências públicas ou nas manifestações de rua. É preciso também que todos pressionem seus representantes políticos, mantendo contato com autoridades, vereadores, deputados estaduais e federais de suas regiões, seja pessoalmente ou por e-mail, encaminhando manifestações contrárias à aprovação do PLP 257/16 e da PEC 241/2016.

Escola sem partido!?? _____

O que há por trás dos projetos que tentam criminalizar o ensino

Houve um tempo em que “O pequeno príncipe”, o clássico infanto-juvenil de Antoine de Saint-Exupéry, foi considerado subversivo em vários países latino-americanos. A teoria de conjuntos chegou a ser retirada da grade curricular de Matemática na Argentina, pois o termo “conjuntos” poderia suscitar interpretações “socialistas”. Exemplos esdrúxulos como estes são muitos e povoam períodos não muito distantes na nossa história, nos anos 60 e 70, quando as ditaduras militares se implantaram em países como o Brasil e seus vizinhos no continente. No poder, os militares estimulavam pais e alunos a denunciarem professores que praticassem “doutrinação marxista”.

As ditaduras se foram, mas o retrocesso social e cultural ameaça baixar sua mão pesada sobre a sociedade brasileira, agora acrescido de “novidades”, como o combate à chamada “ideologia de gênero”, que estaria “aliciando” crianças e jovens para a “cultura gay”. Estamos falando de um movimento que cresce assustadoramente desde suas origens, em 2004, e que hoje tramita em forma de projetos no Congresso Nacional, em assembleias estaduais e em algumas câmaras municipais: o “Escola sem Partido”.

O retorno de ideias tão retrógradas, que justificaram crimes inomináveis durante as ditaduras latino-americanas, não por acaso floresce na atual conjuntura conservadora que toma conta do país.

Vejam os do que se trata

As origens do movimento “Escola sem partido” remontam a 2004, em São Paulo. Naquele ano, sentindo-se incomodado com a “doutrinação política” em sala de aula, o procurador do Estado Miguel Nagib criou um blog para defender a visão de que o professor deve ser “neutro” e limitar-se a expor o conteúdo técnico de sua disciplina.

Durante muitos anos, as ideias do procurador não tiveram eco na sociedade. Em 2014, um encontro com a família Bolsonaro deu a ele os caminhos para expandir suas propostas. Neste ano, um dos filhos do deputado federal Jair Bolsonaro, o deputado estadual do Rio de Janeiro Flávio Bolsonaro (PSC), pediu a Nagib que escrevesse um anteprojeto de lei, que foi apresentado na Assembleia Legislativa do RJ. Um outro membro da família, Carlos Bolsonaro, incumbiu-se de apresentar uma versão municipal na Câmara de Vereadores do RJ.

Em seu blog, Nagib disponibilizou ambos os anteprojetos, que passaram a ser propostos em várias partes do país. Hoje, projetos de lei com esta temática tramitam no Senado, na Câmara

dos Deputados, em sete Assembleias Legislativas e em 12 Câmaras Municipais de diversos estados.

Os projetos chegaram a ser aprovados em Alagoas e em quatro municípios, mas foram vetados pelos respectivos Executivos, após serem considerados inconstitucionais. No Distrito Federal e no Paraná, depois de receberem muitas críticas de professores, os projetos acabaram sendo arquivados.

Na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), tramita o PL 1.301/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Machado (PSDB).

Debate se amplia

Para uma ampla maioria de juristas e especialistas em educação, as propostas do “Escola sem Partido” são inconstitucionais e absurdas do ponto de vista educativo, uma clara tentativa de estabelecer a censura em sala de aula, proibindo professores de expressarem seus pontos de vista e interpretações culturais, sociais e científicas.

O nome do movimento tende a enganar aos menos atentos, pois pressupõe o falso embate entre uma escola dominada por partidos políticos e outra não. No entanto, a principal meta do movimento diz respeito ao próprio caráter educacional da escola, ao defender que o professor não é um “educador” – essa função caberia apenas à família –, mas sim um “instrutor”, destinado a ministrar a “matéria objeto de sua disciplina”, sem discutir a realidade em que a escola, os alunos e os próprios professores estão inseridos. Nesta visão, os alunos são considerados “folhas em branco”, nas quais os


professores inscreveriam a sua visão de mundo.

“Cada estudante chega à escola com sua história, aprendizados, religião, cultura familiar. O que a escola faz é ensinar a refletir, a duvidar, a perguntar, a querer saber mais”, discorda a educadora Pilar Lacerda. Ela é uma das entrevistadas de uma esclarecedora reportagem elaborada pelo Centro de Referências em Educação Integral (<http://educacaointegral.org.br/>), intitulada “Especialistas desconstróem os 5 principais argumentos do Escola sem Partido”. “À medida que o estudante lê, pesquisa, escreve e se aprofunda, ele vai dando sentido à história dele. Escola é o lugar de muitas opiniões. De ouvir a do outro e formar a própria”, destaca Pilar

No mesmo texto, o professor de Filosofia da Universidade de São Paulo e ex-ministro da educação, Renato Janine Ribeiro, contesta uma das principais propostas do movimento, de que a escola não pode ensinar nada que contrarie os valores da família do aluno. “Quer dizer, se o pai ou mãe for machista, racista – de forma indireta que seja – a escola não poderá ensinar a Declaração dos Direitos do Homem?”, espanta-se o educador. Ele lamenta, ainda, que o debate suscitado pelo movimento desvie a atenção das questões realmente educacionais – e educativas! “Desvia a atenção de nossas falhas na alfabetização, só para começar”, prossegue Janine, citando como exemplo dados como: 22% das crianças não sabem ler direito ao fim do 3º ano (na rede pública), 35% não sabem escrever, 57% fazer as operações matemáticas. “Em vez de valorizar a alfabetização e tanta coisa mais, querem criminalizar o ensino”, resume.

Para Lisete Arelaro, professora da Faculdade de Educação da USP, projetos desse tipo visam intervir e cercear uma das características essenciais da docência: a liberdade de cátedra. Ela recorda que a Constituição prevê, entre os princípios da educação brasileira, a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, bem como o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas”.

Para Fernando de Araújo Penna, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), a ameaça de que estas propostas se tornem lei é muito concreta. Criador do site e da página no Facebook “Professores contra o Escola sem Partido”, Penna analisa o crescimento do movimento no país e conclama a sociedade a reagir.

O Sinteps soma-se à voz de todos os que defendem a liberdade de ensinar e aprender, que é o verdadeiro pilar da educação. “Numa conjuntura em 





que o atual governo golpista não esconde sua simpatia por ideias como essa, é preciso ampliar a denúncia e a resistência”, frisa Renato de Menezes Quintino, vice-presidente do Sindicato, lembrando o episódio em que o atual ministro da Educação, Mendonça Filho, recebeu ativistas do movimento “Revoltados Online”, entre eles o ator pornô Alexandre Frota, que foram a Brasília, no dia 25/5/2016, defender os projetos que, segundo eles, buscam evitar “doutrinação ou assédio ideológico” de alunos por parte de professores.

Aqui, bem ao nosso lado

Para nós, trabalhadores do Centro Paula Souza, que temos a escola como cenário do nosso trabalho, este é um debate essencial, com repercussão mais próxima do que a maioria pode imaginar.

Um exemplo é o ocorrido com a professora Cléo Tibiriçá, da FATEC Santana de Parnaíba, em 2013. O idealizador do movimento “Escola sem Partido”, o procurador Miguel Nagib, chegou a publicar um artigo em seu blog, no qual “criticava” o conteúdo das aulas da docente.

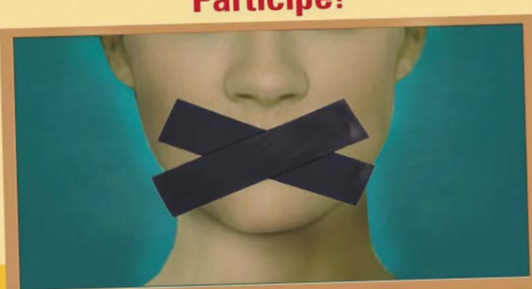
A partir de uma seleção parcial e descontextualizada dos textos que ela utilizava em sala de aula, Nagib a acusava de “doutrinar” seus alunos. O artigo de Nagib ganhou repercussão e chegou a ser citado pelo colunista Rodrigo Constantino, à época trabalhando na revista Veja. O Sinteps acompanhou o caso de perto e defendeu a professora.

Em artigo especialmente escrito para edição do *Sinteps Jornal*, publicado ao lado, Cléo Tibiriçá relata sua experiência.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Contra o projeto
'escola sem partido',
a censura e a mordada ao magistério



Presença de professores, alunos, pais e entidades
Participe!



Dia 25 de agosto (quinta-feira) Horário - 19 horas

Assembleia Legislativa - Plenário José Bonifácio
Av. Pedro Álvares Cabral, 201 - Parque Ibirapuera

Iniciativa: Mandato do professor e deputado Carlos Giannazi
Membro titular da Comissão de Educação

Atividades contra o projeto começam a se ampliar. Acima, convite para audiência pública na Assembleia Legislativa de SP, no dia 25/8

Artigo

O dia em que descobri que gente como eu merece morrer

* Por Cléo Tibiriçá



Ao chegar em casa numa noite qualquer de dezembro de 2013, após um dia inteiro de trabalho árduo, enquanto lavava a louça deixada do café da manhã e me preparava para fazer um rápido jantar, resolvi ouvir as mensagens da secretária eletrônica, como o fazia pelo menos uma vez por semana.

“Vá para o inferno, que é o seu lugar. Mas antes disso você vai é para a cadeia por doutrinar os seus alunos com ideias contra a família e contra Deus. Gente como você merece morrer, sua filha da puta.”

A voz agressiva com que uma mulher desconhecida havia gravado essas palavras provocou-me um arrepio e o prato que eu lavava espatifou-se no chão. Fiquei ali, em frente à pia da cozinha, de pé, imóvel, ouvindo a sequência de quatro mensagens cheias de ódio, deixadas por pessoas que eu não conhecia, que não me conheciam, mas que, insufladas pelos textos difamatórios publicados no blog fundamentalista Escola sem Partido, julgaram-se no direito de me ofender e me ameaçar.

Meu crime? O coordenador do blog Escola sem Partido, o Sr. Miguel Nagib, a quem nunca havia visto e de quem nunca havia ouvido falar, fez questão de alardeá-lo em três publicações virulentas, verdadeiros manifestos do mais tosco e desavergonhado fascismo. O inquisidor auto proclamado acusava-me de incluir em meus planos de ensino textos de autores como Paulo Freire, Milton Santos, Chico Buarque de Holanda, Eric Hobsbawn, entre outros igualmente “perigosos”.

O libelo doentio da seita Escola sem Partido repercutiu em outros blogs e sites de mesma filiação e de igual perversidade e, de um momento para o outro, minha vida transformou-se num inferno de perseguição e denunciamento.

Sou professora há mais de trinta anos. Durante esse tempo, vivi e observei uma série de situações que, hoje, tenho clareza para identificar como situações de abuso, de assédio e de desrespeito institucionalizado. A área da profissão docente

no Brasil é conhecida por ter seus profissionais expostos a contextos de precarização e desprestígio que se agravam cada vez mais. Esse fato nunca me foi desconhecido, e ainda assim não tive condições de prever a violência a que eu seria submetida, em nome da preservação de valores caros a um grupo reacionário e intolerante, que busca, a qualquer preço, fazer regredir o pequeno avanço que a sociedade brasileira alcançou nos últimos anos, no que diz respeito a educação, direitos humanos e respeito à diversidade.

A Fatec em que eu dava aulas quando a investida da seita Escola sem Partido contra mim teve início, manifestou apoio à iniciativa persecutória, seja por meio de carta do diretor endereçada ao coordenador do blog, seja por meio de “curtidas” do coordenador pedagógico aos textos difamatórios dos seguidores da seita, publicados em veículos de comunicação como a revista Veja.

Mas, se minha instituição não teve a dignidade acadêmica de posicionar-se contra a aberração que o projeto Escola sem Partido representava então e ainda representa, hoje inclusive em forma de projeto de lei já aprovado em alguns municípios, no intuito de criminalizar professores “doutrinadores” como eu, meus alunos e seus familiares, meus colegas professores de instituições públicas e privadas e importantes representações sindicais dos trabalhadores da educação, como o Sinteps, declararam-me apoio publicamente e me estimularam a enfrentar, em nome dos professores que têm compromisso com a educação crítica e transformadora, esta vertente especialmente perigosa da reação conservadora que busca tomar de assalto o país e todas as suas instituições, representada pelos “salvadores” da educação nacional que reivindicam uma escola em que circulem apenas suas ideias e valores nefastos.

** Cléo Tibiriçá é professora na Fatec Santana de Parnaíba, das disciplinas Língua Portuguesa I, II e III e Métodos para a Produção do Conhecimento.*

Coordena nessa Fatec o Projeto de Intervenção Cultural Multidisciplinar, que tem duas frentes: o CineFatec Santana de Parnaíba e as Aulas Abertas para Mentis Abertas

Consulta pública no Senado é oportunidade de opinar

Desde o dia 18/7/2016, o Senado Federal abriu uma consulta pública sobre o projeto de lei (PL) 193/2016, de autoria do senador Magno Malta (PR/Bahia), que visa incluir o Programa Escola sem Partido nas diretrizes e bases da educação nacional. A pesquisa quer saber se os brasileiros são a favor ou contra a iniciativa. Apesar de não ter força legal, a consulta pode influenciar politicamente os senadores. Para votar, entre em:

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=125666>

Artigo

O que está em jogo é o futuro da humanidade



* Por Celso Luis Sá Carvalho

O presente texto tem como objetivo colaborar para o processo de compreensão da atual conjuntura. Neste sentido a breve análise que se segue deve somar-se a outras tantas para que possamos apreender o movimento do real em todas as suas dimensões.

Necessário se faz considerar, em primeiro plano – e isto é de vital importância para a apreensão do movimento do real – que as diversas dimensões que compõem a conjuntura adquirem uma relativa autonomia, não autorizando, portanto, uma leitura mecanicista de causa e efeito.

Ou seja, a título de exemplo: quando o capital articula os setores mais retrógrados da classe média, como está acontecendo atualmente no Brasil, e em diversos países da região, ele abre a “caixa de pandora”, na medida em que não controla os desdobramentos das lutas de classe, sobretudo, neste caso, a rearticulação do campo fascista, que facilmente pode se descolar da lógica do capital, como o fez no século passado. Este fenômeno se apresenta na atual conjuntura brasileira.

Bem, registrando, então, que nossa leitura da conjuntura, apesar de simplificada, deve ser feita à luz do movimento total da realidade, com suas interdependências e autonomias, diríamos que no centro da conjuntura internacional está posto um macro movimento de permanência do modo de produção capitalista.

De nosso ponto de vista, neste movi-

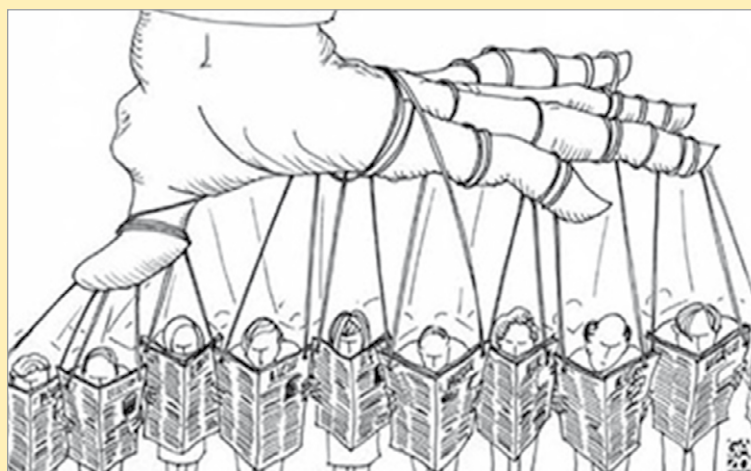
mento de permanência encontra-se o elemento primitivo da atual conjuntura internacional – que afeta de infinitas maneiras os Estados nacionais: uma crise do capital que perdura há mais de quarenta anos, com uma inflexão brutal entre os anos de 2007/2008 (talvez a primeira grande crise do que denominaríamos de fase do capital financeiro)¹. Portanto, nosso pressuposto na análise é a existência de uma crise estrutural no modo de produção capitalista, que em grande medida inflexiona as demais dimensões do real.

A partir desse primeiro elemento (a crise), o capital cria um movimento aparentemente contraditório: um programa econômico/político/social cujo âmago é a produção de mais crise.² Entretanto, o “aparentemente” justamente desnuda o que classificaremos de principal elemento conjuntural (e no atual momento impõe-se como elemento estrutural para o projeto de futuro do

capital): a proposição de uma sociedade neoliberal³, que tem como pressuposto a construção e a consolidação de uma forma societária posta para um terço da população. Um capitalismo que assume em definitivo seu caráter regressivo do ponto de vista sociológico e antropológico, tendo a exclusão de dois terços da humanidade como elemento explicitamente necessário.

Este apanhado do movimento do capital na arena internacional deve ser o ponto de partida para as demais análises nas arenas regionais e nacionais. Nesta direção, do ponto de vista da América Latina, se explicitam – nesta lógica – dois elementos conjunturais que se relacionam organicamente: 1) a existência de um reposicionamento do imperialismo norte-americano, que busca a retomada de sua hegemonia no continente e; 2) a despeito desse reposicionamento, a lógica é produzir na América Latina a implantação da sociedade neoliberal. Diante destes dois elementos explicam-se, do ponto de vista geral, as conjunturas postas na Argentina, Venezuela, Brasil, Bolívia, Equador etc., ainda que as diferenciações devam ser necessariamente consideradas.⁴

A partir disso, é preciso dizer que na atual conjuntura o movimento do capital tem mobilizado uma base social de perfil fascista. E este perfil, ao somar-se ao caráter regressivo da sociedade neoliberal, cria uma crise civi-



¹ Não é possível desenvolver este elemento no presente texto. No entanto, é de grande importância compreender em profundidade a atual fase do capitalismo que, para nós, é configurada pela hegemonia da fração de classe burguesa determinada pelo rentismo (d – d’).

² A materialização desta aparente contradição é a atual conjuntura da União Europeia. Para salvar as economias dos países membros, aplica-se uma orientação macroeconômica que leva os Estados à beira da falência. A contradição é superada quando pensamos em uma reconfiguração das bases sociais da UE.

³ Aqui, sociedade neoliberal adquire o sentido dado por Pierre Dardot e Christian Laval no livro intitulado “A Nova Razão do Mundo”. Pensar uma sociedade neoliberal é admitir que o indivíduo introjete em seu pensar a ideia de que sua condição humana é uma condição empresarial. Um empreendimento no sentido capitalista, podendo inclusive falir, tendo como implicação última sua exclusão da formação societária. Portanto, adquirindo as qualidades destas, investir em sua educação passa a ser análogo a um investimento de capital em uma empresa. Esta lógica penetra as relações sociais, que deixam de ser relações entre pessoas e passam a ser relações entre empresas. Isto tudo passa a constituir um tecido não mais social, mas mercadológico. A cultura do “empreendedorismo”, hoje divulgado largamente, seja no espaço privado ou público, é o germe desta concepção. “...a política neoliberal deve mudar o próprio homem. Numa economia em constante movimento, a adaptação é uma tarefa sempre atual para que se possa recriar uma harmonia entre a maneira como ele vive e pensa e as condicionantes econômicas às quais deve se submeter...” (Dardot, Pierre. A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal / Pierre Dardot.; Christian Laval. 2016)

⁴ O presente texto não nos permite aprofundar este apanhado. No entanto, é preciso registrar que este movimento global, que se desdobra regionalmente e nacionalmente, gera uma complexidade de alta proporção, na medida em que o capital não controla os desdobramentos postos pelas infinitas configurações nas lutas entre as classes sociais, que adquirem infinitas configurações nos diversos países. Isto se dá por conta de que o movimento do capital não é mecânico, obedecendo ao próprio movimento do real.



lizatória que pode produzir facilmente um conflito bélico generalizado.

Pensarmos esta sociedade neoliberal torna-se, em certa medida, fácil quando observamos – e vivemos, objetivamente – a realidade brasileira. A atual conjuntura nacional, marcada no seu epicentro por um golpe de Estado, espelha muito bem os elementos estruturantes do plano internacional, na medida em que o capital coloca em curso no país a implantação de um projeto altamente regressivo, levado adiante por forças políticas golpistas, que mobilizam socialmente amplos setores da classe média de perfil fascista.

Afirmamos que o centro da luta de classes no Brasil é constituído pelo movimento de um neoliberalismo de caráter fascista.⁵ Uma sociedade neoliberal fascista, cujo sustentáculo, na realidade brasileira, articula uma relação permissível entre mídia, setores do poder judiciário, legislativo e uma base social de classe média com perfil fascista/fundamentalista. Este movimento se materializa no ataque brutal aos direitos mais elementares consagrados na Constituição de 1988.

A espinha dorsal do projeto da sociedade neoliberal fascista brasileira justamente é o regresso ao Brasil pré-Constituição de 1988, razão pela qual o Sistema Único de Saúde (um dos



maiores e melhores do mundo), bem como o Sistema de Assistência Social, são objetos centrais de desconstituição na continuidade do golpe. A Carta de 1988 é incompatível com a perspectiva societária neoliberal, sobretudo no que tange à participação social.⁶

Nesta linha, é preciso compreender que a criminalização do petismo, base ideológica de sustentação do golpe, não visa atacar de forma central o que André Singer denominou de lulismo. O centro do ataque conservador obedece ao corte internacional do movimento do capital: a implantação da sociedade neoliberal. Portanto, o que deve ser desconstituído/deslegitimado é toda e qualquer alternativa possível ao projeto do capital.

Neste sentido, o centro do ataque con-

servador visa a esquerda como um todo – independente de suas matizes e pluralidade de projetos –; do reformismo social democrata à extrema esquerda, tudo deve ser eliminado.

Por fim, nesta brevíssima análise – crendo termos exposto os traços mais gerais da atual conjuntura internacional – o que resta dizer é que o futuro não está dado. Ele está por ser construído ainda, com base nas lutas que as classes trabalhadoras travam neste momento nos cenários nacionais, regionais e internacional.

Neste momento, a construção de frentes de lutas, como a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo, traduz bem a assertiva da luta. É necessário buscar uma unidade de forma intransigente, por conta de que o inimigo de classe levantou-se e, como uma tsunami, pretende arrasar tudo aquilo que se puser em seu caminho.

A luta, mais do que em outro momento de nossa recente história, é mais do que legítima, é necessária, pois o que se trava, do plano local ao global, é o futuro da humanidade.

** Celso Luis Sá Carvalho é sociólogo e militante social. Técnico Administrativo em Educação da Universidade Federal do Rio Grande*

⁴ O presente texto não nos permite aprofundar este apanhado. No entanto, é preciso registrar que este movimento global, que se desdobra regionalmente e nacionalmente, gera uma complexidade de alta proporção, na medida em que o capital não controla os desdobramentos postos pelas infinitas configurações nas lutas entre as classes sociais, que adquirem infinitas configurações nos diversos países. Isto se dá por conta de que o movimento do capital não é mecânico, obedecendo ao próprio movimento do real.

⁵ Este caráter fascista não configurava o projeto neoliberal dos anos 1990. Nesta década, o projeto se movia com relativa fluidez dentro dos marcos do Estado Democrático de Direito. O atual neoliberalismo parte da negação da Carta Constitucional de 1988, razão pela qual articula uma base fascista para levar adiante um golpe de Estado.

⁶ Aqui vale a sugestão da leitura do livro de Leonardo Avritzer, que articula uma excelente crítica deste elemento – participação social – no capítulo segundo, permitindo uma observação privilegiada da participação social constitucionalizada a partir de 1988. Preceito constitucional (lembramos que a Constituição de 1988 consagra a democracia direta, que serviu como base para os processos de orçamento participativo), incompatível com o projeto de sociedade neoliberal, sobretudo com corte fascista.

Leia no site



A educação profissional e tecnológica paulista: uma análise do plano estadual de educação (PEE) do estado de São Paulo

Artigo elaborado por Renato de Menezes Quintino, vice-presidente do Sinteps, analisa os impactos da Lei 16.279/2016, que estabelece o Plano Estadual de Educação do Estado de São Paulo. Apesar de sua importância, o processo que culminou com a sanção do governador Geraldo Alckmin à lei foi marcado pela completa ausência de diálogo com as entidades ligadas à educação e o conjunto da sociedade. Confira em www.sinteps.org.br.

